



221
a

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0228443-7

APELANTE: Município do Recife

APELADO: Espólio de Rômulo Rubens Soares Avellar

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. IPTU. PRESCRIÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CAUSA INTERRUPTIVA DO PRAZO PRESCRICIONAL. ART. 174 DO CTN. RECURSO IMPROVIDO. 1. A solução da controvérsia consiste em definir se os créditos tributários de IPTU inscritos nas Certidões de Dívida Ativa nº. 1.84.204443.2, nº. 1.85.211527.8 e nº. 1.88.233732.5 foram, ou não, atingidos pela prescrição. 2. De início, afasta-se a preliminar de nulidade da sentença por incompetência do juízo, tendo em vista que as Execuções Fiscais impugnadas nos autos foram extintas no ano de 2013, tornando-se, assim, inviável a providência requerida pelo Município do Recife. 3. Com efeito, ainda que se pudesse cogitar da existência de conexão entre ações em apreço, não seria possível determinar a remessa dos presentes autos à Vara de Execuções Fiscais Municipais. 4. Igualmente, verifica-se que a preliminar de ilegitimidade ativa *ad causam* carece de fundamento, uma vez que os documentos colacionados aos autos certificam o registro do referido imóvel em nome do apelado. 5. Além disso, os resumos de débitos de IPTU emitidos pelo apelante referentes aos exercícios fiscais de 1982 a 1987, indicam o apelado como proprietário do imóvel em tela. 6. No mérito, constata-se que a Ação de Execução Fiscal nº. 001448-17.1987.8.17.0001 foi ajuizada com vistas à cobrança do crédito tributário indicado na CDA nº. 1.85.211.527-8 (referente ao exercício fiscal de 1984). 7. No que tange ao referido processo, o extrato de acompanhamento processual juntado aos autos pelo apelado indicava que, além da distribuição automática do feito ocorrida em 27/01/1987, inexistia qualquer outra movimentação processual. 8. Com efeito, verifica-se do extrato de acompanhamento processual disponível no sítio eletrônico deste Egrégio Tribunal de Justiça que a Execução Fiscal nº. 001448-17.1987.8.17.0001 foi extinta, em 04/12/2013, por desistência do Município do Recife. 9. Do mesmo modo, observa-se dos autos que a Execução Fiscal nº. 000804-30.1990.8.17.0001, ajuizada com o objetivo de realizar a cobrança do crédito tributário indicado na CDA nº. 1.88.233732.6 (referente aos exercícios fiscais de 1985 a 1987), também não apresentava nenhuma outra movimentação processual além da distribuição automática ocorrida em 02/03/1990. 10. Por sua vez, o extrato de acompanhamento processual disponível no sítio eletrônico deste Egrégio Tribunal de Justiça informa que também a Execução Fiscal nº. 000804-30.1990.8.17.0001 foi extinta, em 05/12/2013, por desistência do Município do Recife. 11. Ademais, o Município do Recife sequer conseguiu comprovar o ajuizamento de Execução Fiscal relativamente à CDA nº. 1.84.204443.2 (referente aos exercícios fiscais de 1982 e 1983). 12. Sendo assim, diante a inexistência de causa interruptiva do prazo prescricional (art. 174, do Código Tributário Nacional), deve-se reconhecer a procedência dos pedidos formulados na exordial, em ordem a declarar a prescrição dos créditos tributários impugnados nos autos. 13. Apelo improvido, à unanimidade.



222

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0228443-7, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso de apelação, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 29 de maio de 2014 (data do julgamento)

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0228443-7

APELANTE: Município do Recife

APELADO: Espólio de Rômulo Rubens Soares Avellar

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta pelo **Município do Recife** contra sentença proferida pelo Juízo de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital que, nos autos da Ação Ordinária nº 0037151-08.2007.8.17.0001, julgou procedentes os pedidos formulados pelo **Espólio de Rômulo Rubens Soares Avellar**, nos seguintes termos (fls. 123-126):

In casu, o débito tributário foi regularmente inscrito na dívida ativa do município entre os idos de 1984 a 1988, conforme CDA's registradas sob os nºs 1.84.204443-2 (1982 e 1983), 1.85.211527-8 (1984) e 1.88.233732-6 (1985 a 1987), não se verificando nos autos nenhuma das hipóteses de interrupção do prazo prescricional constantes do parágrafo único do art. 174 do CTN.

Registre-se, por oportuno, que a tese de renúncia à prescrição defendida pelo município demandado não se sustenta, eis que o pedido de parcelamento foi formalizado por pessoa diversa do autor, ressalte-se, sem autorização deste, não produzindo efeitos jurídicos entre as partes ora em litígio.

Nesse diapasão, considerando-se o transcurso de mais de cinco anos da data da constituição definitiva do crédito tributário, destaque-se, sem que a ocorrência de quaisquer das hipóteses de interrupção do prazo prescricional, impõe-se a sua extinção, ao teor do inciso V, do artigo 156 do CTN.

Ex positis e tudo o mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido formulado na exordial, no sentido de declarar a prescrição e, por conseguinte, a extinção do crédito tributário respeitante ao IPTU das competências de 1982 a 1987, incidente sobre o imóvel situado da Estrada do Encanamento, nº 1118, com inscrição municipal nº 3.24351-6, representado pelas CDA's de nºs 1.84.204443-2 (exercício 1982 e 1983), 1.85.211527-8 (exercício 1984) e 1.88.233732-6 (exercícios 1985, 1986 e 1987).

Condeno, por fim, o réu ao ônus sucumbencial, arbitrando os honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa.
 (Grifou-se)

Em retrospecto, observa-se dos autos que o ora apelado interpôs a referida Ação Ordinária com o objetivo de declarar a extinção dos créditos tributários de IPTU inscritos nas Certidões de Dívida Ativa nºs. 1.84.204443.2, nºs. 1.85.211527.8 e nºs. 1.88.233732.5, as quais teriam sido lavradas em relação a imóvel de sua propriedade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Para tanto, o apelado afirma que, no que tange à CDA nº. 1.84.204443.2 (referente aos exercícios fiscais de 1982 e 1983), *"conforme se vê do sistema da procuradoria, embora conste a informação "ajuizado", não há número algum de processo judicial, chegando-se a ilação que, na realidade, tal execução jamais foi ajuizada, sendo, por conseguinte, evidente a prescrição do crédito"*.

Do mesmo modo, o apelado sustenta que os créditos tributários indicados nas Certidões de Dívida Ativa nº. 1.85.211.527-8 (referente ao exercício fiscal de 1984) e nº. 1.88.233732.6 (referente aos exercícios fiscais de 1985 a 1987) teriam sido atingidos pela prescrição.

Nesse sentido, argumenta que *"ainda que o prazo prescricional houvesse interrompido com o despacho inicial – cuja data não é possível afirmar já que os autos das duas execuções foram retirados pela Fazenda respectivamente em 2002 e 2003 e não foram ainda devolvidos – o fato é que, considerando se tratar de execuções ajuizadas em 1987 e 1990, parece óbvio que, após supostos despachos, data em que haveria o reinício do prazo prescricional, já houve decurso de tempo bem superior aos cinco anos, não incidindo qualquer outra causa interruptiva da prescrição, já que não há notícia de penhora, evidenciando o fenômeno da prescrição intercorrente"*.

Por outro lado, o Município do Recife suscita, preliminarmente, a nulidade da sentença em face da incompetência do juízo.

Para o Município do Recife, estariam preventos os juízos da 1ª e da 2ª Vara de Executivos Fiscais Municipais, já que as Execuções Fiscais relativas aos créditos tributários objeto da demanda teriam sido ajuizadas e despachadas anteriormente a presente Ação Ordinária.

Além disso, suscita a ilegitimidade ativa *ad causam*, por considerar que o contribuinte/apelado não teria comprovado o seu interesse na demanda.

Assim, afirma que *"o titular do direito é o Sr. Carlos Antonio de Araújo Farache, contra quem foi procedido o lançamento, por força do registro perante o Cadastro Imobiliário"*.

No mérito, alega que a prescrição dos créditos tributários em apreço teria sido interrompida, tendo em vista que o adquirente do imóvel teria confessado o débito e firmado o parcelamento da dívida.

Segundo o Município do Recife, o não registro da alteração da propriedade teria violado o disposto no art. 36, §1º, do Código Tributário do Município do Recife e, consequentemente, teria dado origem à formação de responsabilidade solidária entre o contribuinte/apelado e o Sr. Carlos Antônio de Araújo Farache.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Sob essa perspectiva, considerando o disposto no art. 125, III, do Código Tributário Nacional, afirma que, em 26/09/2007, *“quando Carlos Antonio Araújo Farache procedeu ao reconhecimento do débito e firmou parcelamento, em consequência novação do débito tributário, houve a renúncia à prescrição, com renovação do prazo a partir do pagamento de cada parcela, com efeitos em relação a todos os devedores solidários”*.

Após a ciência dada pelo apelado quanto à realização do pagamento dos aludidos créditos tributários, foi deferido o pedido de expedição de alvará liberatório do depósito judicial realizado nos autos (fls. 201-202).

A despeito disso, o Município do Recife manifestou a subsistência de interesse no exame da apelação.

A douta Procuradoria de Justiça opinou (fls. 167-169), em preliminar, pela anulação da sentença e remessa ao juízo competente, e, no mérito, pelo improvimento do apelo.

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 12 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0228443-7

APELANTE: Município do Recife

APELADO: Espólio de Rômulo Rubens Soares Avellar

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

A solução da controvérsia consiste em definir se os créditos tributários de IPTU inscritos nas Certidões de Dívida Ativa nº. 1.84.204443.2, nº. 1.85.211527.8 e nº. 1.88.233732.5 foram, ou não, atingidos pela prescrição.

De início, cumpre afastar a preliminar de nulidade da sentença por incompetência do juízo.

De fato, ainda que se pudesse cogitar da existência de conexão entre ações em apreço, não seria possível determinar a remessa dos presentes autos à Vara de Execuções Fiscais Municipais.

Conforme se verá a seguir, as Execuções Fiscais impugnadas nos autos foram extintas no ano de 2013, tornando-se, assim, inviável a providência requerida pelo Município do Recife.

Igualmente, verifica-se que a preliminar de ilegitimidade ativa *ad causam* carece de fundamento.

O ponto foi acertadamente enfrentado pelo juízo de primeiro grau, que observou que os documentos colacionados aos autos certificavam o registro do referido imóvel em nome do apelado.

Além disso, os resumos de débitos de IPTU emitidos pelo apelante (fls. 33-36) referentes aos exercícios fiscais de 1982 a 1987, indicavam o apelado como proprietário do imóvel em tela.

No mérito, constata-se que a Ação de Execução Fiscal nº. 001448-17.1987.8.17.0001 foi ajuizada com vistas à cobrança do crédito tributário indicado na CDA nº. 1.85.211.527-8 (referente ao exercício fiscal de 1984).

No que tange ao referido processo, o extrato de acompanhamento processual juntado aos autos (fl. 37) pelo apelado indicava que, além da distribuição automática do feito ocorrida em 27/01/1987, inexistia qualquer outra movimentação processual.

Com efeito, verifica-se do extrato de acompanhamento processual disponível no sítio eletrônico deste Egrégio Tribunal de Justiça que a Execução Fiscal nº. 001448-17.1987.8.17.0001 foi extinta, em 04/12/2013, por desistência do Município do Recife:



224
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Processos de Execução Fiscal Municipal cujos: NPU's, CDAs e nomes dos executados constam expressamente em listas anexadas, consoante autoriza o Provimento nº 09/2009 do Conselho da Magistratura de Pernambuco - Casos análogos que comportam idêntica jurídica - Examinadas as petições de extinção das execuções a que se referem, por desistência, apresentadas por seus respectivos procuradores judiciais da Procuradoria da Fazenda Pública Municipal, pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Conjunta nº 01/2013 da Presidência e Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco, coordenado pela Juíza Auxiliar - Doutora Ana Luiza Wanderley de Mesquita Saraiva Câmara.

COMARCA DO RECIFE

1ª VARA DOS EXECUTIVOS FISCAIS MUNICIPAIS

PROCESSOS: 0000505-77.1999.8.17.0001 e outros

CDAs: 983965593 e outros

EXECUTADOS: Maria Aparecida Martins Ribeiro e Outros

PARTE EXEQUENTE: MUNICÍPIO DO RECIFE

PROCURADOR: MARIA RIZOMAR CYSNEIROS OAB/PE: 7.042

SENTENÇA UNA

Vistos, etc.

A FAZENDA MUNICIPAL, por intermédio de sua Procuradoria, propôs as Execuções Fiscais abaixo listadas, postulando recebimento de créditos fiscais contra os executados referidos, inscritos na Dívida Ativa, concernente a Tributos Municipais, conforme demonstram as Certidões anexadas aos referidos autos.

O Município do Recife informou que as execuções elencadas foram devidamente pagas, conforme petição protocolada direcionada a cada processo listado e ainda não juntada aos respectivos autos.

Perante o exposto, nos termos do art. 156, I, do Código Tributário Nacional c.c. os arts. 794, I, e 795 do Código de Processo Civil, julgo extinta(s) a(s) execução(s) com resolução de mérito de acordo com art. 269, II, do CPC, julgando prejudicados todos os requerimentos existentes/pendentes ou juntados aos autos.

**Custas ex-lege.
(Grifou-se)**

Do mesmo modo, observa-se dos autos que a Execução Fiscal nº. 000804-30.1990.8.17.0001, ajuizada com o objetivo de realizar a cobrança do crédito tributário indicado na CDA nº. 1.88.233732.6 (referente aos exercícios fiscais de 1985 a 1987), também não apresentava nenhuma outra movimentação processual além da distribuição automática ocorrida em 02/03/1990 (fl.38).

225
6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

O extrato de acompanhamento processual disponível no sítio eletrônico deste Egrégio Tribunal de Justiça informa que também a Execução Fiscal nº. 000804-30.1990.8.17.0001 foi extinta, em 05/12/2013, por desistência do Município do Recife:

Processos de Execução Fiscal Municipal cujos: NPU, CDAs e nomes dos executados constam expressamente em listas anexadas, consoante autoriza o Provimento nº 09/2009 do Conselho da Magistratura de Pernambuco - Casos análogos que comportam idêntica jurídica - Examinadas as petições de extinção das execuções a que se referem, por desistência, apresentadas por seus respectivos procuradores judiciais da Procuradoria da Fazenda Pública Municipal, pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Conjunta nº 01/2013 da Presidência e Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco, coordenado pela Juíza Auxiliar - Doutora Ana Luiza Wanderley de Mesquita Saraiva Câmara.

SENTENÇA UNA Nº
NPU: 0000404-50.1993.8.17.0001 e outros
CDA: 902542417
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DO RECIFE
EXECUTADO: LUIZ NUNES e outros

EMENTA: EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL. TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. DESISTÊNCIA. PAGAMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Vistos, etc.

O MUNICÍPIO DO RECIFE, pessoa jurídica de direito público, por meio de sua Procuradoria, propôs as Execuções Fiscais adiante listadas, postulando recebimento de créditos fiscais, contra os executados nelas identificados (pólo passivo), inscritos na Dívida Ativa, concernente a Tributos Municipais.

Através das petições protocolizadas e dirigidas a este Juízo e não juntadas aos respectivos autos, o EXEQUENTE informou o pagamento do débito pelo(a) executado(a), requerendo, ao final, a extinção do processo.

É o que importa relatar. Passo a DECIDIR.

Trata-se de Execução Fiscal na qual restou comprovado o pagamento da dívida consoante asseverado pela própria Exequente.

O art. 794, I, do CPC, dispõe que a execução será extinta quando o devedor satisfizer a obrigação.

226
a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

No caso em tela, o(a) executado(a) liquidou o débito, objeto da presente demanda, razão pela qual, **JULGO EXTINTAS AS EXECUÇÕES FISCAIS LISTADAS EM ANEXO**, nos termos do art. 156, I, do Código Tributário Nacional, c/c os arts 794, I, e 795 do Código de Processo Civil, estes aplicados subsidiariamente por força do art. 1º da Lei nº 6.830/80.

Custas ex vi lege.
(Grifou-se)

Ademais, o Município do Recife sequer conseguiu comprovar o ajuizamento de Execução Fiscal relativamente à CDA nº. 1.84.204443.2 (referente aos exercícios fiscais de 1982 e 1983).

Sendo assim, diante a inexistência de causa interruptiva do prazo prescricional (art. 174, do Código Tributário Nacional), o juízo de primeiro grau julgou procedentes os pedidos formulados na exordial, em ordem a declarar a prescrição dos créditos tributários impugnados nos autos.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, verifica-se que a sentença vergastada não merece reforma.

De fato, constata-se que, em conformidade com o disposto no art. 333, I, do Código de Processo Civil, o apelado desincumbiu-se do ônus de provar o fato constitutivo do direito que alega.

Em contrapartida, o Município do Recife não produziu nenhuma prova apta a demonstrar a ocorrência de qualquer das causas interruptivas do prazo prescricional, previstas no art. 174, do Código Tributário Nacional.

Ante o exposto, **nego provimento ao apelo**, mantendo a sentença em todos os seus termos.

Recife, 29 de maio de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator